

O patrimônio territorial do município de Buriticupu-MA

Joanyse de Fátima Guedes da Silva

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Campus Buriticupu)

Monica Franchi Carniello

Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional / Universidade de Taubaté (MPDR/UNITAU)

Recebido: 26/11/2018 Versão revisada (entregue): 27/04/2020 Aprovado: 04/05/2020

Resumo

O objetivo desse estudo é, desde o enfoque do desenvolvimento territorial, inventariar os ativos territoriais do município de Buriticupu, no estado do Maranhão. Para isso, busca-se caracterizar os aspectos econômicos do território, o seu potencial natural, a organização social de grupos, as relações para a construção do conhecimento dos cidadãos e a instrumentalização para o mundo do trabalho, além dos valores compartilhados pela sociedade e a presença das instituições no território. Quanto à metodologia, o tipo de pesquisa utilizada foi a documental descritiva, tendo sido realizadas consultas a dados e indicadores em sítios oficiais disponíveis; posteriormente, essas informações foram relacionadas às dimensões do capital ou patrimônio territorial. Como principal descoberta, destaca-se a relação entre o capital social e institucional na perspectiva do desenvolvimento regional, por meio da presença de um projeto de responsabilidade social, resultado da gestão de *stakeholder* que incentiva a formação de associações. Por fim, percebeu-se que há poucas informações publicadas sobre capital institucional e cultural da cidade, o que sinaliza a necessidade de pesquisa de campo para o aprofundamento sobre as temáticas examinadas neste artigo.

Palavras-chave | Desenvolvimento regional; Maranhão; patrimônio territorial; território.

Código JEL | J21 R12 Z13

Territorial Patrimony of Buriticupu-MA

Abstract

The objective of this study is, from the perspective of the territorial development, characterize the territorial patrimony of the municipality of Buriticupu in the state of Maranhão. In order to do so, the aim is to characterize the economic aspects of the territory, its natural potential, the social organization of groups, relations for developing citizens' knowledge and instrumentalization for the labor area, as well as values shared by society and the presence of institutions in the territory. Regarding to the methodology, the type of research was descriptive documentary, in which data and indicators were consulted in available official sites, and later

this information was related to the dimensions of the capital or territorial patrimony. As a main discovery, the relationship between social and institutional capital in the perspective of regional development through the presence of a social responsibility project, a result of stakeholder management, developed in the municipality that encourages the formation of associations. And yet it has been noticed that there is little published information on the institutional and cultural capital of the city, which signals the need for field research to deepen the themes examined in this article.

Keywords | Maranhão; regional development; territorial patrimony; territory.

JEL-Code | J21 R12 Z13

El patrimonio territorial del municipio de Buriticupu-MA

Resumen

El objetivo de este estudio es, desde el enfoque del desarrollo territorial, inventariar los activos territoriales del municipio de Buriticupu, en el estado de Maranhão. Con este fin, se busca caracterizar los aspectos económicos del territorio, su potencial natural, la organización social de los grupos, las relaciones para la construcción del conocimiento de los ciudadanos y la instrumentalización para el mundo del trabajo, además de los valores compartidos por la sociedad y la presencia de instituciones en el territorio. En cuanto a la metodología, el tipo de investigación utilizada fue la documental-descriptiva, con datos e indicadores consultados en los sitios oficiales disponibles; posteriormente, esas informaciones fueron relacionadas con las dimensiones del capital o patrimonio territorial. Como hallazgo principal, se destaca la relación entre el capital social e institucional desde la perspectiva del desarrollo regional, a través de la presencia de un proyecto de responsabilidad social, resultante de la gestión de *stakeholder* que fomenta la formación de asociaciones. Finalmente, se observó que hay poca información publicada sobre el capital institucional y cultural de la ciudad, lo que indica la necesidad de una investigación de campo para profundizar los temas examinados en este artículo

Palabras clave | Desarrollo regional; Maranhão; patrimonio territorial; territorio.

Código JEL | J21 R12 Z13

Introdução

Compreender as características e especificidades de um território é uma etapa fundamental para subsidiar políticas de desenvolvimento territorial. Adota-se, neste artigo, o conceito de território em suas dimensões social, política, econômica e cultural e sua relação com o desenvolvimento local. Segundo Raffestin (1993), o território consiste na apropriação do espaço, este relacionado ao patrimônio natural, pela ação social de diferentes atores.

Os recursos ambientais e socioculturais de um território, que compõem seu patrimônio, podem ser ativados em prol do desenvolvimento e consequente bem-

estar social da população. Pequeur (2004) identifica recursos territoriais genéricos e específicos. Estes últimos são capazes de gerar diferenciação do território por suas especificidades locais.

Dallabrida (2016) traz a compreensão das dimensões do patrimônio territorial: produtivo, natural, social, humano e intelectual, cultural e institucional. Discute-se sobre desenvolvimento local a partir da concepção de território e dos ativos que caracterizam os aspectos econômicos do território, o seu potencial natural, a organização social de grupos, as relações para construção do conhecimento dos cidadãos e instrumentalização para o mundo do trabalho, além dos valores compartilhados pela sociedade e presença das instituições no território.

A caracterização e a compreensão das dimensões de um território são necessárias para compreender as dinâmicas territoriais em curso, particularmente frente ao processo de desenvolvimento local e da articulação do território com as demais dimensões político-geográficas. Tal análise permite sinalizar como o território em questão se apresenta frente à sustentabilidade, era compreendida na visão multidimensional apresentada por Sachs (2002), abrangendo as dimensões, social, cultural, ecológica, ambiental, territorial e econômica, além de valores que fortaleçam a política nacional e internacional.

Uma das formas preliminares para se fazer uma análise de um território é por meio de indicadores. Apesar dos limites que qualquer indicador apresenta, o conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais é fundamental para uma leitura assertiva da realidade estudada (JANUZZI, 2012), o que impactará nas decisões de condução das políticas públicas que sobre ela incidem, com destaque às políticas de desenvolvimento. “Se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais” (JANUZZI, 2012, p. 2).

Ainda que os indicadores existentes não atendam a complexidade do conceito multidimensional do desenvolvimento territorial, o olhar global sobre cada um dos ativos territoriais permite a formação de uma perspectiva inicial para pensar o território e suas potencialidades, fase diagnóstica necessária para fundamentar uma política de desenvolvimento. Stiglitz; Sen; Fitoussi (2010) propõem recomendações para a aferição do desenvolvimento por meio de indicadores, apresentando os limites dos já existentes e identificando as demandas para gerar mensurações a partir do conceito multidimensional de desenvolvimento. Os autores partem da seguinte premissa: o que é medido afeta o que se faz, e se as mensurações são falhas, as decisões podem ser distorcidas (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2010). A leitura crítico-analítica dos indicadores disponíveis pode ser uma das contribuições da academia para os estudos de desenvolvimento.

Diante disso, propõe-se nesse artigo a caracterização do patrimônio territorial do município de Buriticupu (MA). A delimitação geográfica faz-se necessária para que

pesquisas futuras possam conhecer os ativos desse território e identificar suas fortalezas e fragilidades. A organização da fundamentação teórica do presente estudo traz definições de território e sua importância para a abordagem territorial do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional.

Referencial teórico

O conceito de território adquire contornos distintos cunhados por diferentes áreas do conhecimento e em períodos temporais diversos. Dallabrida (2016) identifica que são duas as concepções de território predominantes na literatura: a primeira que ele denomina tradicional e a segunda contemporânea.

A concepção tradicional de território o define “como espaço sobre o qual o estado exerce sua soberania” (DALLABRIDA, 2016, p. 19). É, portanto, um conceito vinculado a questões de organização jurisdicional e espacial ente países, estados e municípios. Já a concepção contemporânea de território o vincula ao desenvolvimento que relaciona dimensões de natureza social, econômica, cultural. Território, nessa perspectiva consiste em:

Espaço de relações que se mesclam entre formas de disputa de poder, logo conflituosas, ou de cooperação, pois é onde se expressam as diferentes formas de pensar e agir das pessoas, não só daquelas que habitam o território, também daquelas que, mesmo de fora têm interesses projetados naquele recorte espacial. Além disso, os atores internos ou externos que atuam e/ou interferem no território representam diferentes setores, que poderiam ser sintetizados em três termos que utilizamos cotidianamente: sociedade civil, agentes estatais e o mercado (DALLABRIDA, 2016, p. 15).

A concepção de território relaciona-se, nessa direção, para as relações de conflito e poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (DALLABRIDA, 2006). Albagli (2004) reforça a concepção de território como espaço apropriado por um ator, definido e delimitado a partir de relações de poder, fruto da intervenção de um ou mais atores sobre determinado espaço.

Tal perspectiva deriva da visão de Santos (1994), que cunha o termo “território usado” ao abordar a totalidade da formação socioespacial, que considera tanto a configuração territorial (infraestrutura e meio ecológico/ambiental) e a dinâmica territorial (instituições, pessoas e empresas).

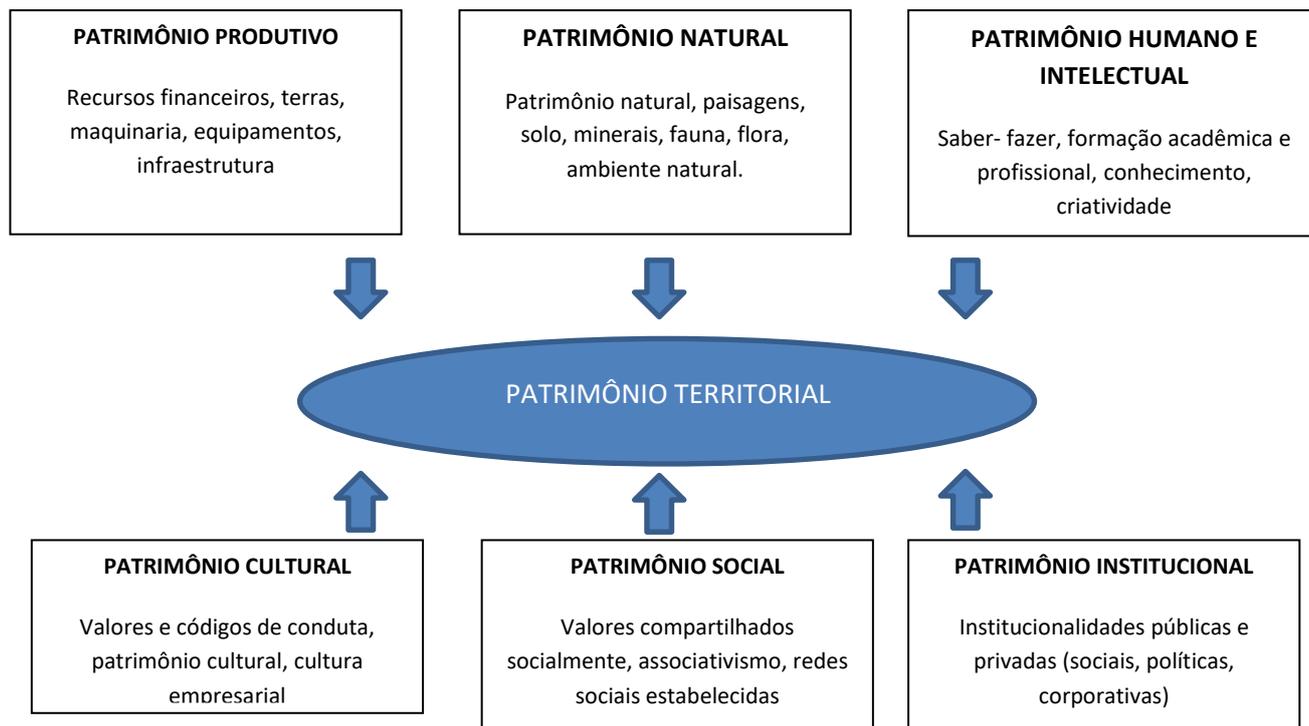
Queiroz (2014, p. 157) interpreta o pensamento de Santos sobre território ao destacar que “o território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas”. O território constitui-se como um campo de forças, onde se produz a dialética entre agentes internos e externos, o novo e o velho, o Estado e o mercado (SANTOS, 1988; ALBAGLI, 2004).

A partir dessas concepções de território, Dallabrida e Ferrão (2016, p. 30) compreendem desenvolvimento territorial como:

mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas interterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (DALLABRIDA; FERRÃO, 2016, p. 30).

No âmbito do desenvolvimento, vem-se discutindo o progresso do território a partir do que conceitualmente vem sendo denominado capital territorial ou patrimônio territorial. Capelo, Caragliu, Nijkamp (2009), citados por Dallabrida (2016), trazem o conceito de capital territorial como: “todos os bens públicos e privados de um determinado recorte territorial”. Barroso e Romero (2009) propõem ativar o capital territorial, ou seja, os recursos ativos do território. Dallabrida (2016) traz a discussão sobre o capital territorial e propõe readequação do termo para patrimônio territorial, conforme Figura 1.

Figura 1 – Patrimônio territorial



Fonte: Adaptado de Dallabrida (2015, p. 67); Dallabida (2016, p. 33).

Patrimônio territorial, segundo Dallabrida (2016, p. 34), “é o conjunto de ativos e recursos de um território, capazes de apoiar e valorizar os aspectos singulares, considerando um mundo cada vez mais tendente à homogeneização”. Outro conceito vinculado a patrimônio territorial, na medida em que propõe uma perspectiva de vida social, econômica e ambiental, entre outras dimensões, é a definição de sustentabilidade. Sachs (2002) apresenta oito critérios que considera importantes para o desenvolvimento da sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional, explicitados a seguir:

- Social: distribuição de renda, qualidade de vida e igualdade social;
- Cultural: equilíbrio, tradição e inovação, autonomia na elaboração de projetos nacionais integrados e a combinação entre confiança e abertura para o mundo;
- Ecológica, ambiental: respeito aos ecossistemas naturais;
- Territorial: equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais;
- Econômica: equilíbrio econômico entre setores, a segurança alimentar, a modernização dos meios produtivos, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas e a inserção na economia nacional;

- Política nacional: democracia, direitos humanos e a implantação de projetos nacionais em parceria com os empreendedores;
- Política internacional: promoção da paz e da cooperação internacional, do controle financeiro internacional, da gestão da diversidade natural e cultural e da cooperação científica e tecnológica.

Essas dimensões tendem a influenciar a tomada de decisão no contexto das organizações e do Estado. Segundo o relatório Brundtland ou “Nosso Futuro comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46), o conceito de desenvolvimento está relacionado à satisfação das necessidades e aspirações humanas como alimentação, roupas, habitação, emprego, bem como o desejo de melhor qualidade de vida. Assim, compreende-se o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Ainda segundo o relatório *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1991, p. 56), para que o desenvolvimento sustentável aconteça, é necessário um conjunto de esforços em todos os países para que o capital ecológico seja mantido e, paralelo a isso, a melhor distribuição de renda e redução da vulnerabilidade às crises econômicas. Maia e Pires (2011, p. 201), em estudo desenvolvido, concluem que o “reconhecimento do conceito de sustentabilidade pelas organizações, as decisões organizacionais exigem uma abordagem mais complexa que envolva, simultaneamente, três dimensões da sustentabilidade, entre elas: econômica, social e ambiental”.

Expostos os conceitos e relações entre território e desenvolvimento, esta pesquisa centra-se em um diagnóstico do município de Buriticupu (MA).

Método

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, quanto ao objetivo. O delineamento da pesquisa é documental. Foram realizadas consultas a dados e indicadores em sítios oficiais disponíveis e, posteriormente, essas informações foram relacionadas às dimensões do capital ou patrimônio territorial, conforme Quadro 2. O critério para a escolha das fontes foi a publicação dos dados por órgãos oficiais, o que aumenta o nível de confiança sobre as informações em relação à realidade do município de Buriticupu (MA) e seus aspectos econômico, social, cultural, humano, natural e institucional.

Quadro 1 – Dimensões de análise

Dimensão	Indicador/dado	Fontes de pesquisa
Econômica	-Emprego e renda -PIB da indústria -IDH -Taxa de desemprego -Renda <i>per capita</i>	-IBGE -Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil -Índice Firjan
Social	-Índice de Gini -População de vulnerabilidade social -Dados populacionais -Dados da saúde	-Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil -Sítio do IBGE -Índice Firjan
Cultural	-Trabalho informal -Taxa de mulheres em trabalho formal -Patrimônio cultural	-IBGE -Ministério do trabalho / CAGED -Aguiar (2015)
Humano	-Indicadores de Educação (escolaridade, analfabetismo)	-IBGE -Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil -Plano Municipal de Educação de Buriticupu -Índice Firjan
Natural	-Taxas de saneamento	-IBGE
Institucional	-Empresa Vale -Eleições -Prefeituras, Secretarias -Conselhos municipais -Sindicato de trabalhadores -Associações de trabalhadores	-Sítio Vale -Sítios oficiais da Prefeitura Municipal de Buriticupu, consulta a documentos oficiais disponibilizados, sítio oficial da Câmara de Vereadores de Buriticupu -IBGE -FAEMA-Federação de Agricultores do Estado do Maranhão

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Resultados e discussão

Inicialmente apresenta-se a contextualização do objeto de estudo. De acordo com Aguiar (2015), na década de 1970, durante o regime militar no Brasil, com o projeto de colonização no governo Neiva Moreira, dá-se início, no estado do Maranhão, ao processo de ocupação de terras devolutas. Para isso, foi necessária a criação de uma companhia de colonização por meio do Projeto de Lei 3.230, a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco) com o objetivo de realizar o levantamento de terras devolutas do Maranhão. As áreas entre os municípios de Santa Luzia e de Grajaú, Imperatriz e Amarante foram ocupadas pelo projeto de colonização (AGUIAR, 2015).

Segundo Aguiar (2015), avistava-se ao longo das margens do rio Barra da Jurema — assim nomeado pelos índios Guajajaras da Terra Indígena Arariboia — abundância das frutas buriti e cupuaçu. Por esse motivo, em 1972, o projeto pioneiro de colonização recebeu o nome de “colonização de Buriticupu”. O rio Barra da Jurema posteriormente receberia o nome de Buriticupu. Em 1990, Buriticupu se tornaria o maior povoado do Maranhão. Assim descreve Aguiar (2015, p. 64):

O grande povoado Buriticupu, de ruas largas e empoeiradas, vivia grandes expectativas de progresso. Apesar de naquela época já sofrer com o grave problema de escassez da água, teve um crescimento demográfico e econômico extraordinário. A localidade onde antes havia densas florestas já se encontrava num estágio avançado de desmatamento, com as matas sendo substituídas por pastos. (...) A exploração agrícola do solo resultou na produção de toneladas de cereais que saíam do povoado como resultado de uma agricultura que apesar de pouco incentivo do governo da época, batia recorde no estado. De igual modo, aconteceria com as numerosas indústrias madeireiras que se instalaram empregando centenas de pessoas e distribuindo inúmeros metros cúbicos de madeira beneficiada para quase todo o Brasil.

Aguiar (2015) destaca que, com o crescimento do povoado, a população local vislumbrava que ele viesse a se tornar o município, o que viria acontecer em 1994. No entanto, “o novo município continuava política e administrativamente dependente do município-mãe, Santa Luzia, até o dia 1º de janeiro de 1997” (AGUIAR, 2015, p. 72). O autor relata que o primeiro prefeito eleito de Buriticupu, Antonio Gilvan Mendes, que foi reeleito. Em 2005, foi eleito como prefeito Antonio Marcos de Oliveira (Primo), posteriormente reeleito. Em 2013, José Gomes obteve maioria na votação para prefeito, e, em seguida, foi reeleito para um segundo mandato.

Dimensão social

Para análise do patrimônio territorial do município de Buriticupu na perspectiva social, optou-se pela análise de dados populacionais, dados sobre saúde, população de vulnerabilidade social e o Índice de Gini de verificação de desigualdade.

Buriticupu possui uma área de 2.545,441 km² e, segundo o último Censo realizado pelo IBGE (2010), a população do município de Buriticupu era de 65.237 pessoas com uma densidade demográfica de 25,67 hab./km² e considera uma estimativa de 71.979 pessoas para o ano de 2017.

Em 2010, registra-se em relação ao trabalho e renda que 78,43% viviam em 2010 com renda equivalente a meio salário mínimo, encontrando-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. Registra-se, ainda, que 29,4% da população encontra-se em situação de extrema pobreza e 54,68% em situação de pobreza. O Índice Gini, que mede o grau de concentração de renda e desigualdade, em 2010, chegou a 0,60 – o que reflete um índice de desigualdade alto (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013). Em 2016, o índice Firjan (2016), que acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, chegou a 0,5148 obtendo classificação regular, ocupando a classificação 125º entre os municípios maranhenses. Em relação à saúde, o Índice Firjan aponta que o município apontou desenvolvimento moderado (0,6483) em 2016.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), a mortalidade infantil tem diminuído no município nas últimas duas décadas. Em 1991, a cada mil crianças nascidas vivas, 75,44 crianças não sobreviveriam no primeiro ano de vida. Em 2000, esse número passou para 55,92 e, em 2010, para 38,10. Já o IBGE (2017), apresenta a taxa de mortalidade infantil média da cidade que é de 21,96 para cada mil nascidos vivos. Embora tenha havido a diminuição da mortalidade infantil, ainda é um percentual alto que revela a necessidade de políticas de assistência social às mães gestantes e crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O Atlas de Desenvolvimento Humano (2013) aponta, ainda, que os índices de crianças fora da escola têm diminuído. Em 2000, registrou-se 92,91% das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos estavam fora da escola, o que indica a ausência de creches e escolas de educação infantil para esse público nesse período. Em 2010, houve um decréscimo para 67% de crianças, embora ainda permaneça muito alto. Já o número de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos fora da escola passou de 65,87% em 1991 para 3,85% em 2010, o que demonstra que políticas educacionais foram implantadas no município para os anos iniciais do ensino fundamental, diminuindo consideravelmente o número de crianças fora da escola.

Frente a esse contexto de desigualdade e de dificuldade de acesso a direitos básico, muitos grupos têm se organizado no município de Buriticupu. De acordo com dados do IBGE (2010), o município conta com 73 fundações privadas e associações sem fins lucrativos atuantes em setores como a cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, associações patronais, profissionais e de produtores rurais, meio ambiente e produção animal, desenvolvimento e defesa de direitos.

O apoio ao associativismo por meio de projetos de responsabilidade social tem sido uma estratégia de gestão na empresa Vale no município de Buriticupu, entre as quais o “Delícias da Vila Pindaré”, implementado na comunidade Vila Pindaré. É importante contextualizar que o projeto denominado Apoio à Geração e

Incremento de Renda (Agir) iniciado em 2014, surgiu a partir do contexto da renovação da frota trem de passageiros da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que consistiu em um investimento de 55,6 milhões de dólares. Essa renovação representou o fechamento das janelas do trem, que não possuía ar condicionado, para trazer mais conforto e comodidade aos passageiros. Por outro lado, fechar as janelas do trem da Vale representou para trabalhadores informais das comunidades por onde o trem passa uma fonte de renda a menos, já que muitas famílias vendiam suas produções locais aos viajantes no momento do embarque e desembarque de passageiros. O grupo de mulheres que participa do projeto desenvolvido na Vila Pindaré no município de Buriticupu trabalha com o beneficiamento da castanha do caju e também produzem doces de cerca de 30 frutas regionais. O projeto iniciou com 32 beneficiárias que anteriormente vendiam seus produtos na parada do trem (FUNDAÇÃO VALE, 2018). Outro aspecto relacionado ao incentivo ao capital social por meio do projeto de responsabilidade social em Buriticupu, segundo o relatório de Atividades da Fundação Vale, foi a estruturação da Rede de Mulheres do Maranhão, que tem como objetivo “fortalecer o empoderamento dos grupos e reforçar a estratégia de comercialização em rede, utilizando o selo Mulheres do Maranhão”. Essa rede conta com a participação de associações de trabalhadores (as) ao longo da Estrada de Ferro Carajás (FUNDAÇÃO VALE, 2018).

Chambon, David, Devevey *apud* Cloutier (2003, p. 8) definem como inovação social “...práticas voltadas mais ou menos diretamente para capacitar um indivíduo – ou a um grupo de indivíduos – para assumir uma necessidade social – ou um conjunto de necessidades – que não foram satisfatoriamente respondidas em outro lugar”. Um conceito que reflete o “empoderamento” dos beneficiados com as inovações sociais, desenvolvendo a autonomia e a transformação social.

Patrimônio Produtivo

Para análise do patrimônio territorial do município de Buriticupu da dimensão do patrimônio produtivo, foram considerados os dados relativos ao trabalho e renda, Produto Interno Bruto - PIB da indústria, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, taxa de desemprego e renda *per capita*. No que diz respeito ao trabalho e rendimento, segundo o IBGE (2017), a população ocupada era de 4,7% sendo um total de 3.383 pessoas e o salário médio mensal destes trabalhadores era de 1,7 salário mínimo. Considerando um rendimento mensal médio de até meio salário mínimo por pessoa por domicílio, aponta-se que 51,7% da população encontrava-se nesta situação.

Conforme IBGE (2017), a renda *per capita* média anual é de R\$ 6.915,96, o que representa a 217ª posição em relação ao estado do Maranhão e 5191ª posição nacional, o que revela fragilidade econômica.

Verifica-se, ainda, de acordo com o IBGE (2010), que o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade era de 0,556, em 2010, abaixo do IDH do Estado, que era 0,639. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, esse índice se decompõe em esperança ao nascer de (longevidade), 0,708; renda, 0,533; e educação, 0,455. Nota-se a necessidade do fortalecimento de ações governamentais especialmente para a educação, que apresenta o pior desempenho.

Tomando por base o Censo 2010 e que a idade economicamente ativa está entre 15 a 64 anos, temos que 38.196 pessoas se encontram nesta faixa, sendo 19.314 homens e 18.882 mulheres. Considerando, ainda, que em 2010 3.182 pessoas estavam ocupadas, implica dizer que em idade economicamente ativa 35.014 pessoas estavam desocupadas (IBGE, 2010). Os dados citados caracterizam um alto índice de desemprego no município. Tal fato exige o planejamento e realização de políticas públicas voltadas à qualificação de mão de obra, formação e fortalecimento de associações, cooperativas e iniciativas de apoio ao empreendedorismo regional.

Patrimônio Natural

O patrimônio natural de Buriticupu pode ser caracterizado pelo seu ambiente natural, as paisagens, o solo, a riqueza da fauna e flora etc. Além dos aspectos que envolvem o território e ambiente, como o saneamento básico do município.

Quanto ao aspecto hidrográfico, Aguiar (2015) situa no município o rio Pindaré e seus afluentes Zutiaua, Taruparu e Buriticupu. A poluição do rio Buriticupu, o desmatamento das matas ciliares, assoreamentos, extração de areia para construção civil e mau uso da população com o depósito de substâncias químicas fez com que o rio, que até a década de 1980 tinha águas cristalinas, na atualidade esteja em situação de degradação.

Segundo Aguiar (2015, p. 207), o relevo do “município de Buriticupu é caracterizado como muito acidentado, com morros, serras e planícies”. Essa característica do solo tem culminado em deslizamentos e erosões que preocupam a população local. Há registros de deslizamentos em 1999 quando o bairro conhecido por Caeminha foi engolido e várias pessoas ficaram sem moradia. Em 2010, outro desmoronamento trouxe transtornos à população no povoado São João “soterrando casas, igrejas, postes de rede elétrica, e assoreando açude” (AGUIAR, 2015, p. 214).

Na fauna da cidade de Buriticupu há “animais silvestres, como onças, macacos de várias espécies, veados, pacas, curicas, jandaias, tucanos, corupções, papagaios etc.” (AGUIAR, 2015, p. 215). A flora é predominante a vegetação tropical úmida, com presença de florestas estacionais e perenifólias. São espécies encontradas na região: “o angelim, a maçaranduba, cumaru, cedro, o jatobá, o angico, o tatajuba, a copaíba, o ipê, a maracatiara e a faveira” (AGUIAR, 2015, p. 215).

Em diversas paisagens da cidade é possível observar o contraste da dimensão natural que ela possui com a ausência de políticas de saneamento básico. De acordo com o IBGE (2010), apenas 6,4% dos domicílios da cidade possuem esgotamento sanitário adequado e 59,4% das vias públicas são arborizadas. Além disso, 0,1% dos domicílios urbanos possuem bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio.

No estado do Maranhão, o município de Buriticupu ocupa a posição 120º entre os 217 municípios e no Brasil, a posição 3718º do total de 5.570 municípios. Os dados indicam os poucos investimentos em acessibilidade e qualidade de vida. Muitas doenças podem ser contraídas pela falta do saneamento, especialmente pela água adquirida por meio de carros-pipas para consumo em atividades domésticas e até mesmo para consumo. Um galão de água mineral chega a custar em média R\$ 8 (oito reais) nos supermercados da cidade.

Caracterização do patrimônio humano e intelectual

Para a caracterização do patrimônio humano e intelectual do município de Buriticupu, foram analisados indicadores de educação, de avaliação sobre a escolarização das crianças, jovens e adultos na cidade e índices de analfabetismo.

Dados do IBGE (2010) indicam que a população de zero a cinco anos era de 7.763 crianças. O Plano Municipal de Educação de Buriticupu (PME), por sua vez, apresenta dados superiores de atendimento às crianças nessa faixa etária. Segundo o documento, em 2010, havia no município 6928 crianças de zero a três anos, desse total estavam na escola, apenas 10,5%. Na faixa etária de quatro a cinco anos, nesse mesmo período, eram 5.780 crianças, das quais 76,36% frequentavam a escola. Isso se deve à falta de escolas para atendimento a crianças nessa faixa etária, pois segundo o PME do município (BURITICUPU, 2015, p. 23), a “educação infantil é ofertada em “09 estabelecimentos oficiais e em 54 estabelecimentos improvisados. Dos 09 estabelecimentos oficiais, 06 são da rede pública e 03 da rede privada de ensino”.

O Plano municipal de Educação do Município de Buriticupu (2015) registra que no período de 2007 a 2014, não foram construídas escolas de Ensino Fundamental. Em 2010, a cidade contava com 63 escolas públicas e três particulares, sendo 15 mil alunos matriculados no ensino público e 474 no ensino privado. De acordo com o IBGE, em 2017, o saldo de matrículas no Ensino Fundamental decresceu para 13.399 alunos. Esse dado revela que crianças estão fora da escola, uma vez que no período de 2000 a 2010, a população na faixa etária de seis a 14 anos cresceu de 12.661 para 15.047 crianças.

Segundo IBGE (2017), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do Ensino Fundamental em 2017 nos anos iniciais foi de 4.2 e nos anos finais de 3.6. Em 2017, o IDEB observado cresceu para 4.3 nos anos iniciais, e também

subiu para 3.7 nos anos finais, porém, não alcançou as metas previstas de 4.8 e 4.5, respectivamente para os anos iniciais e finais. Os dados demonstram que os índices de reprovação influenciam negativamente o IDEB, bem como os resultados da Prova Brasil, que avalia conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática que não tem identificado bons resultados de aprendizagem dos alunos. O Índice Firjan em educação no ano de 2016 foi 0,5112, considerado regular pela classificação. Diante desse cenário, o município apresenta na meta 02 do PME que visa “universalizar o ensino fundamental de nove anos até 2020 em 98% da população e 2024 até 100% e garantir que pelo menos 80% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada ou de 6 a 16 anos até o último ano da vigência deste PME” (BURITICUPU, 2015, p. 71).

Para tanto, urge a aplicação de investimentos financeiros que assegurem a construção de escolas, formação continuada de professores, políticas de permanência e combate à evasão e retenção nas escolas, atendendo, inclusive às especificidades e modalidades educacionais. No Ensino Médio, última etapa da educação básica, o município encontra o desafio da oferta dessa etapa de ensino. Em 2010, de acordo com o Censo, 11% da população se encontrava na faixa etária de 15 a 17 anos (IBGE, 2010). De acordo com o Plano Municipal de Educação de Buriticupu (2015), em 2014, a população nessa faixa etária que frequentou o Ensino Médio em escola pública foi de 3.001 estudantes e 392 em instituição de ensino privada. No município existem apenas duas escolas públicas de Ensino Médio: o Centro Estadual Dr. Fernando Castro e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia oferta Ensino Médio Integrado (IFMA).

No PME do município, contata-se que não há vagas para todos os jovens que desejem ingressar no Ensino Médio e que parte deles é excluída do acesso a essa etapa da Educação Básica. Dessa forma, muitos irão compor os percentuais de jovens que nem estudam e nem trabalham em nosso país. Além disso, a situação compromete a formação do capital humano e intelectual do município e inviabiliza o sonho de muitos deles a prosseguirem seus estudos, inclusive para o Ensino Superior. A dificuldade de acesso ao Ensino Superior no município é restrita a poucas áreas de formação. De acordo com o PME:

Atualmente existem apenas duas Instituições de Ensino Superior Públicas: IFMA e UFMA, com ofertas limitadas de opções de cursos. Desse modo, o IFMA dispõe dos cursos de Licenciaturas em Biologia e Matemática e o Tecnológico em Gestão Pública. A UFMA, com polo de funcionamento no Centro de Ensino Fernando Castro oferta apenas o curso de Pedagogia aos finais de semana (BURITICUPU, 2015, p. 62).

Diante disso, o PME do município aponta como consequência dessa situação, forte êxodo dos jovens da cidade em busca de outros cursos de formação

superior, seja pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou por financiamento através de programas federais como o Programa Universidade para Todos - Prouni (BURITICUPU, 2015). Tal situação de fragilidade na formação do capital humano e intelectual faz com que a população local não seja absorvida nas oportunidades no mundo do trabalho, em empresas que se instalam na região, inclusive, no serviço público em instituições federais (IFMA), do poder Judiciário (Tribunal de Justiça) e Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), em que a maioria dos servidores é de outras cidades e estados do país.

Patrimônio cultural

O patrimônio cultural do município de Buriticupu pode ser caracterizado pelos valores e códigos de conduta presentes no município construídos historicamente, bem como a cultura empresarial que tem se apresentado crescente por meio do comércio.

Entre as tradições do município de Buriticupu caracterizam o capital cultural da cidade, pode-se destacar a diversidade religiosa, as danças de bumba meu boi, a cavalgada e o motocross. Aguiar (2015), destaca o primeiro grupo de dança de bumba meu boi da cidade criado em 1974, chamado “Este sim”, fundado pelo Sr. Antonio Bruno e Senhora Maria, conhecida por Mãe Preta. Depois de 25 anos, surgiram novos grupos, como o Brilho de Buriti, da Vila Isaias e o Boi do Sr. Grigório da Vila Primo e, em 2009, o grupo da Associação Cultural Encanto da Terra Bela.

O Aspecto cultural da religiosidade é muito forte em Buriticupu. De acordo com Aguiar (2015), existem atualmente 25 denominações religiosas cristãs e uma instituição representativa da maçonaria no município de Buriticupu.

A motocicleta é o veículo de transporte mais utilizado da cidade, uma vez que não há transporte coletivo. Em 2009, foi idealizado o *motocross* em Buriticupu. O evento ficou conhecido como a trilha dos amigos e se tornou um atrativo turístico com a participação de pessoas de toda região (AGUIAR, 2015).

Em relação à cultura empresarial, o comércio local tem se expandido, atraindo grupos com sólida atuação no mercado para a cidade, como é o caso do armazém Paraíba e o Magazine Luiza. Dados do IBGE/Sidra apontam que em 2008, Buriticupu possuía 539 “empresas e outras instituições atuantes”. Em 2016, esse número passou para 749 empresas. E paralelo a isso, cresce no município o trabalho informal.

Dados do Ministério do Trabalho apontam que o setor que mais emprega depois do funcionalismo público na cidade é o comércio, seguido de serviços e agropecuária, conforme demonstra Tabela 1.

Tabela 1 – MTPS Informações para o sistema público de emprego e renda, número de empregos formais em 31 de dezembro de 2018

IBGE SETOR	Masculino	Feminino	Total
2 – Indústria de Transformação	11	3	14
3 – Serviço Industrial de Utilidade Pública	24	24	24*
4 – Construção Civil	8	2	10
5 – Comércio	411	250	661
6 – Serviços	123	181	304
7 – Administração Pública	608	1082	1690
8 – Agropecuária	240	22	262
TOTAL	1425	1564	2965

Fonte: Adaptado Ministério do Trabalho (2018).

* Reproduzido tal qual disponível no Ministério do Trabalho (2018).

Em 2016, o Índice Firjan (2016) de emprego e renda foi classificado de baixo rendimento (0,3848). De acordo com o IBGE (2010), a população que se encontrava ocupada, chegava a 2.964 pessoas, ou seja, 4,27% da população. Observa-se com o dado do Ministério do Trabalho (2018) que não houve crescimento no número de pessoas empregadas até dezembro de 2017, ao contrário, houve a diminuição, conforme tabela que mostra um total de 2905 pessoas ocupadas. Desse total, as mulheres representam a maioria, com 52,4% da ocupação de emprego formal e os homens com 47,6%.

Institucional

De acordo com a Lei Municipal 293/2013, que trata da estrutura organizacional do município, são 15 secretarias que compõem os órgãos da administração direta:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Agropecuária e Abastecimento;
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Economia Solidária;
Secretaria Municipal de Cultura;
Secretaria Municipal de Educação;
Secretaria Municipal de Finanças;
Secretaria Municipal de Habitação;
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação de Recursos Naturais;
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes;
Secretaria Municipal de Esportes e Juventude (BURITICUPU, 2013, p. 4-5).

O município conta com instituições privadas e públicas que apoiam as atividades agropecuárias, associações de produtores, conselho e fundo municipal de meio ambiente com parcerias instituídas com o setor privado e Sindicato de Trabalhadores Rurais. Sobre a cultura empresarial, encontrou-se em sítio criado recentemente, a Associação Comercial e Industrial de Buriticupu (MA), que, conforme Estatuto Social disponibilizado na página, foi fundada em 14 de maio de 2000 (ACIB, 2018).

Segundo Aguiar (2015), existem dois sindicatos em Buriticupu. A primeira eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriticupu foi realizada em 23 de novembro de 1996. Outro sindicato existente na cidade é o Sindicato de Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Buriticupu, que surgiu em junho de 1998.

Há ainda, no município, de acordo com as leis disponíveis no sítio oficial da Câmara Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado pela Lei 002/2017, Conselho Escolar sobre Drogas, criado pela Lei 004/2017, o Conselho de Educação, criado pela Lei 359/2015, Conselho dos Direitos do Idoso, criado pela Lei Municipal 305/2013, o Conselho Tutelar criado em 2005, por força da Lei 028/97 e o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Lei 16/97. Em relação ao campo empresarial na cidade, de acordo com dados do cadastro de empresas do IBGE, em 2016, o município de Buriticupu tinha 749 empresas atuantes com 2.964 pessoas empregadas com salário médio mensal de 1,8 salário mínimo. A Federação de Agricultura do Estado do Maranhão (Faema) (2017) registra no município de Buriticupu a atuação do Grupo Scheffer que adquiriu 12 mil hectares de terra para produção do milho, soja e algodão (AGUIAR, 2015).

Destaca-se, ainda, a empresa Vale que tem atuação na região por meio da estrada de Ferro Carajás (EFC). Segundo sítio oficial da empresa, a estrada de Ferro Carajás foi inaugurada em 1985, possui 892 quilômetros de extensão e liga o sudeste do Pará ao Porto da Madeira em São Luís (MA) e “por seus trilhos, são transportados 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros por ano” (FUNDAÇÃO VALE, 2018). Segundo a cartilha “Quanto vale a vida?” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018), a Estrada de Ferro Carajás é uma estrada federal operada pela empresa Vale que ganhou concessão da União desde 1997 para utilizá-la no transporte de passageiros e de minério de ferro. A empresa Vale é mundialmente conhecida por ser a primeira colocada na produção de minério de ferro, pelotas e níquel.

Em 2013, o município de Buriticupu e mais 18 municípios maranhenses que são transpassados pela Estrada de Ferro Carajás constituíram o Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás do Maranhão, são eles: Acailândia, Alto Alegre do Pindaré, Anajatuba, Arari, Bacabeira, Bom Jardim, Bom Jesus das

Selvas, Cidelândia, Igarapé do Meio, Itapecuru Mirim, Santa Inês, Santa Rita, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Tufilândia, Vila Nova dos Martírios, Vitória do Mearim e São Luís. O município de Buriticupu ratificou, pela Lei Municipal 382/2017, o protocolo de intenções do consórcio que visa planejar e executar de forma articulada ações para o desenvolvimento regional (BURITICUPU, 2017).

O consórcio dos municípios é uma importante forma de fortalecer o capital institucional de Buriticupu, pois está legalmente instituído o viés do diálogo entre os municípios que são transpassados pela Estrada de Ferro Carajás (MA) e a empresa Vale que atua na região. Em Freeman (1984, p. 46), essa dinâmica é denominada *stakeholder*, ou seja, “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa”. Assim, no que tange às comunidades do entorno das empresas geralmente afetadas por questões ambientais ou sociais, os projetos de responsabilidade social apoiados pela empresa Vale na região são uma importante forma de aplicação da concepção trazida por Freeman enquanto *stakeholder*.

Com base na caracterização do patrimônio territorial de Buriticupu, torna-se possível ter uma visão sistêmica do território, com sinalização de quais dimensões apresentam mais fragilidades e potencialidades. Com este diagnóstico, retoma-se a perspectiva de Dallabrida (2016), que afirma que o conjunto de ativos e recursos de um território permite valorizar seus aspectos singulares, considerando um mundo cada vez mais tendente à homogeneização. Tal abordagem enfatiza a regionalização como uma abordagem que considera as especificidades de cada território para pautar as políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Considerações finais

A partir de dados disponíveis em bases de dados públicas e sítios oficiais, foi possível caracterizar parcialmente o patrimônio territorial do município de Buriticupu, uma vez que muitas informações ainda não são disponibilizadas publicamente e estão em fontes primárias, o que demandam uma pesquisa de campo.

Constatou-se que os dados sobre as empresas no município são poucos, não há o detalhamento sobre as áreas de atuação das mesmas e sua trajetória histórica na cidade e que muito pouco se tem registrado sobre os impactos ou contribuições para o desenvolvimento regional.

Entre as principais descobertas, foi possível perceber a relação entre a concepção de desenvolvimento territorial com base em Dallabrida (2016), que traz as dimensões do patrimônio territorial. Além disso, perceber que no município de Buriticupu, como o capital institucional tem sido incentivado por meio de projetos

de responsabilidade social que apoiam o associativismo, e que são ao mesmo tempo estratégia de gestão dos *stakeholders* e de compensação para o desenvolvimento regional. Do mesmo modo, com o incentivo a criação de associações, estruturalmente tem-se incentivado o capital social no município. A eficácia e o impacto dessas instituições no desenvolvimento do município são aspectos que podem ser aferidos em pesquisas futuras.

Por outro lado, os capitais humano e intelectual no município não têm apresentado um quadro de evolução, o que tem feito com que muitos jovens busquem formação em nível superior em outras cidades. As perspectivas econômicas e sociais do município apontam para um índice alto de desigualdades, apesar de ter havido uma diminuição nos últimos anos que pode estar relacionada às políticas públicas de distribuição de renda. Assim, ficou destacado o Índice Firjan de emprego e renda na cidade menor quando comparado ao de educação e de saúde, considerado de baixo rendimento na classificação.

Este trabalho permite, portanto, a sinalização de pesquisas de campo que investiguem a formação do capital institucional relacionado às empresas que surgem no município estudado, bem como sobre seu capital cultural, além de pesquisas que avaliem a atuação de projetos sociais e políticas públicas para diminuição das desigualdades sociais na região.

Referências

ACIB-Associação Comercial e Industrial de Buriticupu. **Estatuto Social da Associação Comercial e Industrial de Buriticupu-MA**. Disponível em: <http://api.aciburiticupu.com.br/media/files/Estatuto_Social_ACIB.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.) **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004.

AGUIAR, Isaias Neres. **Buriticupu-MA**, sua história, geografia e características gerais – 42 anos de fundação e 21 anos de emancipação política. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

BARROSO, I. C.; ROMERO, R. G. Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias**

Sociales, Barcelona, vol. XIII, n. 289, 01 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-289.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2017.** Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BURITICUPU. **Lei 293/2013:** que dispõe sobre a estrutura organizacional do município de Buriticupu. Disponível em: <<http://www.buriticupu.ma.leg.br>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BURITICUPU. **Lei municipal 382/2017:** ratifica o protocolo de intenções do Consórcio dos Municípios dos Corredores Multimodais no Maranhão. Disponível em: <<https://www.buriticupu.ma.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-de-2017/lei-municipal-382-2017/view>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

BURITICUPU. **Plano municipal de Educação de Buriticupu 2015-2024.** Buriticupu: Prefeitura Municipal de Buriticupu, 2015.

CMMAD-Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CLOUTIER, Julie. **O que é inovação social?** Disponível em: <https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0314.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

DALLABRIDA, V. R. Território. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.) **Dicionário de Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DALLABRIDA, V. R.. Territory planning and management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 4 (número especial), Taubaté, dez. 2015, p. 51-77. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2031/486>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial:** indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DALLABRIDA, V. R.; FERRÃO, J. Governança territorial em arranjos cooperativos institucionais e organizacionais: aportes teórico-metodológicos e

avaliação de experiências brasileiras e portuguesas. In: **Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional**. Passo Fundo: Editora IMED, 2016.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento**. 2016. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm>>. Acesso em: 13 out. 2018.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FUNDAÇÃO VALE. **Relatório de atividades 2018**. 2018. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/fundacao-vale/Documents/Funda%C3%A7%C3%A3o_Vale_-_Relat%C3%B3rio_de_Atividades_2018_oct.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

IBGE. **Cidades – Buriticupu. Saúde**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/panorama>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

IBGE. **Cidades – Buriticupu. Trabalho e Rendimento**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/panorama>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

IBGE. **Cidades – Buriticupu. IDH**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/panorama>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

IBGE. **Cidades – Buriticupu. Território e ambiente**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/panorama>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

IBGE. **Cidades – Buriticupu. Economia**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/panorama>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

IBGE. **Variável – número de empresas e outras organizações atuantes**. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Belo Horizonte: Núcleo de Educação em Saúde Coletiva

(NESCON) UFMG, 2012. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Cartilha “Quanto vale a vida?”** Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/2018/01/22/cartilha-quanto-vale-vida-dados-sobre-atropelamentos-na-estrada-de-ferro-carajas-efc>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

MAIA, Andrei G.; PIRES, Paulo dos S. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, 12 (3), edição especial, São Paulo, mai./jun. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Informações para o sistema público de emprego e renda: Dados por Município.** 2018. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php>. Acesso em: 01 mai. 2020.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche de processus de développement pour les économies du Sud.** France: Université Joseph Fourier, 2004.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Para Onde!?**, 8 (2): 154-161, ago./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/viewFile/61589/36420>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. **Mis-measuring our lives.** New York: The New Press, 2010.

Endereço para correspondência:

Joanyse de Fátima Guedes da Silva – joanyseguedes@gmail.com
Rua Deputado Gastão Vieira, 1000 – Vila Mansueto
65393-000 Buriticupu/MA, Brasil

Monica Franchi Carniello – monicafcarniello@gmail.com
Rua Visconde do Rio Branco, 210
12020-040 Taubaté/SP, Brasil

